

O Congresso Nacional inicia sua nova legislatura e os futuros governadores estaduais preparam-se para tomar posse, em um momento de crucial importância para o Brasil.

Encontram-se essas pessoas — ao lado de todas as demais incumbidas de governar, legislar e administrar a Justiça, a níveis municipal, estadual e federal — diante da grave responsabilidade de devolver à nação brasileira a sua esperança em um futuro melhor, de fazê-la recuperar — e reforçar — a necessária confiança na ação do poder público.

Ninguém pode escapar a essa responsabilidade solidária. Para os milhões de brasileiros que não possuem nenhuma parcela de poder e são obrigados a obedecer às determinações daqueles que governam, julgam e legislam, bem como a suportar as consequências das suas decisões, o poder público é sempre um só, identificado e unificado por essa capacidade de mandar, que distingue os seus ocupantes dos cidadãos comuns.

O foco crítico da opinião pública — de cujo julgamento é inútil querer fugir por meio de posições ambíguas — e o dever de restaurar a credibilidade do poder político, após um longo processo de deterioração, criam algu-

Austeridade e responsabilidade

mas obrigações irrecusáveis, para todos os que exercem qualquer tipo de poder — e principalmente para os deputados, senadores e governadores que agora iniciam o cumprimento dos seus mandatos populares.

O primeiro desses compromissos é com a austeridade. Agora, mais do que nunca, esta deve presidir cada gesto, cada ação e cada voto.

Os inúmeros sacrifícios impostos à população pelas experiências tentadas na administração da economia, durante o governo José Sarney, o congelamento até de pequenas economias, ocorrido em março passado, e o sobressalto de novas regras e novas adaptações agora impostas não dão margem a qualquer tipo de desperdício ou largura na gerência de recursos do povo.

Todos sabem que a raiz dos problemas econômicos que nos angustiam está na situação de insolvência a que foi conduzido o Estado brasileiro e que tanto tem onerado o atual governo. Se a austeridade já é uma obrigação permanente do administrador público, em

qualquer circunstância, neste instante ela se apresenta como dívida ética de primeira grandeza, pressuposto inarredável de qualquer projeto de fortalecimento moral das instituições.

O dever de ser austero impõe ao Legislativo também um segundo compromisso. Este é o de não só respaldar todas as ações do Executivo cujo objetivo seja economizar gastos e otimizar despesas como também o de cobrar dele essas ações e os seus resultados.

É com esse espírito de seriedade que o Congresso Nacional precisa debruçar-se agora sobre as medidas decretadas pelo governo federal, sabedor de que qualquer deslize demagógico ou oportunista lhe será infalivelmente imputado, e poderá comprometer a sua ação ao longo de toda a legislatura.

Cada uma das forças políticas representadas no Parlamento deve ter presente que não estará, no momento da votação dessas medidas, apenas apreciando a ação, seja da equipe econômica, seja do presidente da Re-

pública, como se fosse o júri de um programa de auditório, a dizer se um calouro canta melhor do que o outro.

Estará, isto sim, cumprindo o direito e o dever de fazer aquilo que cause menos sofrimento e maior benefício para o povo, em especial para os trabalhadores, as donas-de-casa, as crianças que não se alimentam de forma adequada, as multidões famintas das regiões mais pobres do País. É para estes que o Congresso Nacional não pode deixar de oferecer uma solução — e dessa responsabilidade participam também os futuros governadores com a grande influência e liderança que possuem sobre as bancadas dos seus estados.

Por mais que a índole e o estilo do presidente Fernando Collor o façam projetar-se em direção a uma responsabilidade pessoal pelo alcance da estabilidade econômica, isso não elimina a objetiva co-responsabilidade dos demais protagonistas da cena pública na busca de soluções reais para os problemas que afigem o Brasil.

É exatamente assim que a Nação vê o processo de comando do seu destino, e justificadamente espera, nesta hora grave, que cada um cumpra o seu dever.